



À PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 12.2026

Processo Administrativo N° 27192/26

IGUAÇU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.656.729/0031-95, portadora da Inscrição Estadual nº 14.141.921-0, e da Inscrição Municipal nº 6823332, com sede à Rodovia BR 163, s/nº, Km 119, Parque Industrial Vitorasso, CEP: 78.746-055, na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 12.2026, em razão da existência de cláusulas restritivas à competitividade, que impõem exigências ilegais e discriminatórias, fundadas em critérios não pertinentes e/ou relevantes ao objeto da contratação.

I. DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, é assegurado a qualquer interessado o direito de impugnar o edital de licitação por irregularidade ou solicitar esclarecimentos acerca de seus termos, desde que o faça até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, conforme transcrição:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Roberto Cesar da Silva
OAB/MT 11.994 | (65) 98115-6619
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

Natália Rios Ribeiro
OAB/MT 32.837/O | (46) 99140-4098
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

Considerando que a sessão pública está designada para o dia 20/03/2026, resta plenamente demonstrada a tempestividade da presente impugnação, motivo pelo qual se requer o seu regular recebimento, processamento e apreciação.

Cumpre destacar que é dever da Administração Pública assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e competitividade, conforme previsto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Da mesma forma, constitui direito e também dever dos administrados apontar eventuais irregularidades capazes de comprometer a lisura e a legalidade dos certames públicos.

No caso em análise, foram identificadas inconsistências técnicas e jurídicas relevantes no edital, as quais acabam por restringir indevidamente o universo de licitantes, direcionando o certame a um grupo reduzido de empresas, em flagrante afronta aos princípios da isonomia e da competitividade.

Tal situação gera potencial prejuízo ao erário e à coletividade, uma vez que reduz a disputa entre fornecedores, limita a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa e compromete a regularidade da contratação pública.

As cláusulas ora impugnadas, portanto, afetam diretamente a competitividade do certame e devem ser revistas pela Administração, sob pena de manutenção de procedimento viciado, passível de nulidade e de eventual responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Diante disso, requer-se a retificação do edital, a fim de que sejam restabelecidos os princípios da ampla concorrência, isonomia, legalidade e competitividade, conforme será demonstrado nos tópicos a seguir.

II. DO EDITAL E DAS CONDIÇÕES DISCRIMINATÓRIAS

O Município de Várzea Grande/MT, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob o nº 12/2026, cujo objeto consiste na aquisição de diversos equipamentos, dentre eles retroescavadeira e escavadeira hidráulica, conforme especificado no Termo de Referência que integra o edital.

No item 2, subitem 2.1, alínea “a” do Termo de Referência, encontram-se descritas as especificações técnicas dos equipamentos a serem fornecidos, especialmente no que se refere às características exigidas para a retroescavadeira e para a escavadeira hidráulica:

Iguaçu Máquinas



RETROESCAVADEIRA:	2	R\$ 470.000,00	R\$ 441.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 420.333,33	R\$ 840.666,67
Retroescavadeira Potência Operacional Mínima: 100CV, Capacidade Mínima Carregadeira: 1,3M3, Capacidade Mínima Escavadeira: 0,2M3						
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA:	1	R\$ 750.000,00	R\$ 791.400,00	R\$ 836.000,00	R\$ 792.466,67	R\$ 792.466,67
Escavadeira hidráulica, potência operacional máxima: 155 hp, capacidade: 1,4 m3, tipo rodagem esteira						

Todavia, o conjunto dessas exigências revela-se excessivamente minucioso e restritivo, resultando em **verdadeiro direcionamento do certame**, na medida em que inviabiliza a participação de diversos fabricantes consolidados no mercado nacional e internacional, inclusive os equipamentos fornecidos pela ora Impugnante.

Vale ressaltar que, a Impugnante é representante da marca John Deere, fabricante de renome mundial, integrante do seletor grupo das três maiores marcas globais de equipamentos de construção, conforme rankings internacionais de mercado (Yellow Table), reconhecida por sua confiabilidade, durabilidade, tecnologia embarcada e ampla rede de assistência técnica.

Ainda assim, nenhum dos modelos atualmente ofertados pela John Deere no Brasil se enquadra integralmente nas especificações impostas pelo edital nestes itens, o que evidencia, de forma inequívoca, que o descritivo técnico não foi estruturado com base em parâmetros funcionais, mas sim moldado para atender a produto ou fabricante específico, em frontal violação aos princípios da isonomia e da competitividade.

Ressalte-se que os equipamentos comercializados pela Impugnante atendem plenamente às necessidades operacionais da Administração, possuem elevada aceitação no mercado, alto padrão de desempenho, ampla disponibilidade de peças e suporte técnico nacional, não havendo qualquer justificativa técnica razoável para a imposição de requisitos tão específicos que eliminem sua participação.

Deste modo, exigências dessa natureza não se justificam pela busca de desempenho, durabilidade ou confiabilidade, pois tais atributos são inerentes aos equipamentos de fabricantes líderes de mercado, como é o caso da John Deere, cujos produtos são amplamente utilizados por órgãos públicos, empresas privadas e operadores em todo o território nacional.

Indubitavelmente, o que se observa, portanto, é que o edital, ao invés de buscar a proposta mais vantajosa, acabou por restringir artificialmente a concorrência, favorecendo determinados fornecedores e afastando outros igualmente, ou até mais qualificados, em

Roberto Cesar da Silva
OAB/MT 11.994 | (65) 98115-6619
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

Natália Rios Ribeiro
OAB/MT 32.837/O | (46) 99140-4098
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

afronta direta ao interesse público.

Assim, a manutenção dessas exigências resulta não apenas na indevida exclusão da Impugnante, mas também de diversos outros fornecedores, reduzindo drasticamente o universo competitivo e frustrando o próprio objetivo do pregão, que é a obtenção do menor preço por item mediante ampla concorrência.

Outrossim, a Lei nº 14.133/2021 consagra, em seu art. 5º, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e busca da proposta mais vantajosa, impondo à Administração o dever de estruturar o edital de modo a ampliar, e não restringir, a disputa.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O mesmo diploma legal estabelece, em seu art. 40, §2º, o dever de ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, vedando práticas que levem ao direcionamento do certame.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados: I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Assim, qualquer restrição ao objeto somente pode subsistir se estritamente necessária e tecnicamente justificada, o que não ocorre no presente caso, já que inexistem fundamentos objetivos que demonstrem que apenas os equipamentos com as especificações descritas estariam aptos a atender o interesse público.

Diante desse cenário, impõe-se o dever de revisão do Termo de Referência, com a adequação das especificações técnicas a parâmetros funcionais e de desempenho, aptos a

Roberto Cesar da Silva
OAB/MT 11.994 | (65) 98115-6619
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

Natália Rios Ribeiro
OAB/MT 32.837/O | (46) 99140-4098
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

permitir a participação do maior número possível de fornecedores qualificados.

Por tais razões, passa-se, nos tópicos seguintes, à demonstração técnica das exigências indevidamente restritivas, com a indicação objetiva das alterações necessárias.

III. DA RETROESCAVADEIRA

III.1. DA EXIGÊNCIA RESTRITIVA RELATIVA À CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA CARREGADEIRA

O Termo de Referência estabelece, como especificação mínima para a **retroescavadeira, capacidade mínima da caçamba da carregadeira de 1,3 m³** (um vírgula três metros cúbicos).

Todavia, tal exigência revela-se potencialmente restritiva à competitividade, na medida em que exclui do certame equipamentos amplamente utilizados no mercado e plenamente aptos ao atendimento das necessidades operacionais da Administração Pública.

Como exemplo, destaca-se o modelo John Deere 310P, equipamento consolidado no mercado nacional e internacional, cuja capacidade de caçamba coroadada é de 0,96 m³ (zero vírgula noventa e seis metros cúbicos), valor inferior ao previsto no edital, mas que não compromete o desempenho operacional do equipamento nem sua eficiência na execução de serviços de movimentação de materiais e terraplanagem.

Importa destacar que a capacidade volumétrica da caçamba, isoladamente considerada, não define a produtividade do equipamento, devendo ser analisada em conjunto com outros fatores técnicos, como força de desagregação, eficiência hidráulica, tempo de ciclo e potência do conjunto mecânico.

Assim, ao estabelecer parâmetro específico e elevado sem justificativa técnica suficiente, o edital acaba por restringir a participação de fabricantes consolidados, reduzindo o universo de competidores e comprometendo a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que exigências editalícias que limitem a competitividade devem ser tecnicamente justificadas, sob pena de configuração de irregularidade no procedimento licitatório.

Nesse sentido, destaca-se recente decisão proferida no julgamento de representação que analisou irregularidades em edital de licitação, no qual o Tribunal manteve a responsabilização de gestores pela inclusão de cláusulas potencialmente restritivas:

REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES. ESTABELECIMENTO DE CLÁUSULAS POTENCIALMENTE RESTRITIVAS NOS EDITAIS LICITATÓRIOS. MULTAS. PEDIDOS DE REEXAME. CONHECIMENTO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES E DA REPROBABILIDADE DA CONDUTA DOS RESPONSÁVEIS. NEGATIVA DE PROVIMENTO DOS RECURSOS.

Roberto Cesar da Silva
OAB/MT 11.994 | (65) 98115-6619
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

Natália Rios Ribeiro
OAB/MT 32.837/O | (46) 99140-4098
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

(TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR): <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/rest/publico/base/acordao-completo/8942025>, Relator.: AUGUSTO NARDES, Data de Julgamento: 23/04/2025)

No referido julgamento, o Tribunal reafirmou que a mera inserção de cláusulas restritivas, sem justificativa técnica adequada, já configura conduta irregular, sendo possível inclusive a responsabilização dos gestores responsáveis pela elaboração do edital.

O entendimento da Corte de Contas evidencia que a Administração deve estruturar o instrumento convocatório de forma a ampliar a competitividade, evitando especificações técnicas excessivamente restritivas que possam direcionar o certame ou excluir potenciais fornecedores aptos a atender ao objeto licitado.

Desse modo, a manutenção da exigência de capacidade mínima de 1,3 m³ mostra-se desproporcional e incompatível com os princípios da isonomia, competitividade e busca da proposta mais vantajosa, previstos na legislação de regência das licitações públicas.

Diante disso, impõe-se a revisão da referida especificação técnica, de modo que seja adotado parâmetro compatível com os equipamentos disponíveis no mercado, permitindo a participação de um número maior de fabricantes e garantindo a efetiva competitividade do certame.

III.II. DA EXIGÊNCIA RESTRITIVA RELATIVA À POTÊNCIA DO MOTOR

O Termo de Referência estabelece, entre as especificações técnicas exigidas para o equipamento, **potência operacional mínima de 100 CV (99 HP)**.

Entretanto, a definição desse parâmetro em patamar específico e elevado acaba por restringir indevidamente o universo de equipamentos aptos a participar do certame, afastando modelos amplamente utilizados no mercado e plenamente capazes de atender às demandas operacionais da Administração Pública.

Como exemplo, menciona-se o modelo John Deere 310P, cuja potência operacional é de 93 CV (92 HP). Apesar de apresentar potência nominal ligeiramente inferior à exigida no edital, trata-se de equipamento reconhecido por sua eficiência e produtividade, amplamente empregado em atividades de escavação, carregamento e movimentação de materiais em obras públicas e privadas.

Cumpre destacar que a potência do motor não constitui, por si só, elemento suficiente para mensurar o desempenho global do equipamento. O rendimento operacional resulta da interação entre diversos fatores de engenharia, dentre os quais se destacam o torque do motor, a eficiência do sistema hidráulico, o peso operacional, a capacidade estrutural do equipamento e a tecnologia empregada em seus sistemas mecânicos e eletrônicos.

Nesse contexto, é plenamente possível que equipamentos com potência nominal inferior apresentem desempenho equivalente ou até superior, em razão da eficiência do conjunto mecânico-hidráulico e do aprimoramento tecnológico aplicado ao equipamento.

Assim, a estipulação de potência mínima rígida, sem a correspondente demonstração de sua indispensabilidade técnica para a execução do objeto licitado, acaba por restringir a participação de fornecedores e limitar a competitividade do certame, em desconformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

A legislação aplicável impõe à Administração Pública o dever de estruturar os editais de forma a ampliar a concorrência e evitar restrições desnecessárias, admitindo apenas aquelas exigências estritamente indispensáveis para garantir a adequada execução do objeto contratual.

Dessa forma, mostra-se necessária a reavaliação do parâmetro de potência mínima previsto no Termo de Referência, a fim de adequá-lo às características efetivamente relevantes para o desempenho do equipamento, permitindo a participação de soluções tecnológicas disponíveis no mercado que atendam plenamente às necessidades da Administração.

IV. DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

IV. DA EXIGÊNCIA RELATIVA À POTÊNCIA DO MOTOR

O Termo de Referência estabelece, como requisito técnico para a escavadeira hidráulica, **potência operacional máxima de 155 HP**.

Entretanto, a fixação de limite rígido para esse parâmetro técnico revela-se inadequada quando analisada à luz do princípio da padronização funcional, amplamente aplicado nas contratações públicas de equipamentos e máquinas.

De acordo com esse entendimento, as especificações constantes do edital devem priorizar o desempenho e a funcionalidade do equipamento, e não a imposição de características técnicas excessivamente específicas que possam restringir a participação de soluções tecnológicas disponíveis no mercado.

No presente caso, a limitação estabelecida acaba por afastar equipamentos plenamente aptos ao atendimento das necessidades da Administração, como ocorre com o modelo John Deere 210P, **cujá potência nominal líquida é de 159 HP**, valor ligeiramente superior ao limite previsto no Termo de Referência.

Importa destacar que essa pequena diferença não interfere negativamente no desempenho do equipamento, tampouco compromete sua adequação às atividades que serão desempenhadas. Ao contrário, equipamentos com potência levemente superior podem, inclusive, oferecer melhor eficiência operacional em determinadas condições de trabalho, especialmente em operações de escavação mais exigentes.

Além disso, a potência do motor não constitui elemento isolado capaz de definir a eficiência ou a produtividade de uma escavadeira hidráulica, sendo necessário considerar o desempenho do conjunto do equipamento, incluindo fatores como a eficiência do sistema hidráulico, o peso operacional, a capacidade de escavação, o alcance e a tecnologia aplicada ao sistema mecânico.

Nesse contexto, a adoção de especificação técnica excessivamente delimitada, sem demonstração de sua efetiva necessidade para o atendimento do interesse público, acaba por reduzir indevidamente o universo de equipamentos aptos a participar da licitação, em afronta aos princípios da competitividade, isonomia e busca da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, em observância ao princípio da padronização funcional, mostra-se mais adequado que o edital adote parâmetros que privilegiem o desempenho e a funcionalidade do equipamento, permitindo a participação de diferentes soluções tecnológicas disponíveis no mercado que sejam plenamente capazes de atender às necessidades operacionais da Administração.

Assim, faz-se necessária a revisão da exigência relativa à potência máxima do motor, de modo a permitir a participação de equipamentos com pequenas variações em relação ao limite atualmente estabelecido, desde que tecnicamente aptos a executar as atividades previstas, garantindo-se, dessa forma, maior competitividade ao certame.

V. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, considerando as irregularidades apontadas no instrumento convocatório, especialmente no que se refere às especificações técnicas excessivamente restritivas constantes do Termo de Referência, as quais acabam por limitar indevidamente a participação de potenciais fornecedores e comprometer a competitividade do certame, requer a Impugnante a Vossa Senhoria:

a) o recebimento e conhecimento da presente impugnação, por ser tempestiva e apresentada por parte legítima, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

b) o acolhimento da impugnação, para que sejam revistas e adequadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência relativas aos equipamentos objeto da licitação, especialmente quanto:

b.1) à capacidade mínima da caçamba da carregadeira,

b.2) à potência mínima exigida para a retroescavadeira, e

b.3) ao limite máximo de potência do motor da escavadeira hidráulica,

de modo que tais requisitos passem a observar parâmetros técnicos compatíveis com os equipamentos disponíveis no mercado, evitando restrições desnecessárias à participação de fabricantes e fornecedores;

c) que, em decorrência das adequações necessárias, seja promovida a retificação do edital, com a consequente reabertura do prazo para apresentação das propostas, em observância aos princípios da publicidade, da competitividade e da isonomia;

d) caso não seja esse o entendimento desta Administração, requer-se que seja apresentada decisão devidamente fundamentada, indicando as razões técnicas e jurídicas que justificariam a manutenção das especificações atualmente previstas no edital.

Por fim, espera a Impugnante que a presente manifestação seja devidamente analisada, com a adoção das medidas necessárias à adequação do instrumento convocatório, garantindo-se a observância dos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da legalidade, isonomia, competitividade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nestes termos, pede deferimento.

Várzea Grande - MT, 16 de março de 2026.

assinado digitalmente por
 Marcelo Cavalca Gavinho


IGUAÇU MÁQUINAS AGRÍCOLAS
(p.p. Marcelo Cavalca Gavinho)

Initial
 RRS


Roberto Cesar da Silva
OAB/MT 11.994 | (65) 98115-6619
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br

Natália Rios Ribeiro
OAB/MT 32.837/O | (46) 99140-4098
juridico@iguacumaquinas.com.br
www.iguacumaquinas.com.br